

## EDITORIAL

---

As melhores práticas dos periódicos internacionais indicam que uma revista científica deve garantir não apenas a divulgação e o acesso aos resultados das pesquisas de ponta que se realizam em uma área de conhecimento, mas também estimulá-las, propondo inclusive abordagens e temas que indiquem claramente que sua função institucional é mais ampla que de um simples repositório. A *Revista de Direito Brasileira* (RDB) criou uma chamada de artigos sobre *A lei 14.133/2021 e os desafios da modernização do Estado*, considerando que as inovações inauguradas por um instrumento tão fundamental no ordenamento jurídico quanto a lei de Licitações e Contratos Públicos são objeto de necessária análise em um veículo comprometido com as tendências do Direito em nosso país, como é o caso da RDB. Como resultado, foram selecionados seis artigos para comporem o Dossiê que integra este número.

Em *Inclinações pragmáticas na nova lei de licitações e contratos administrativos (Lei Nº 14.133/2021): Novos princípios, velhos problemas*, Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza, Thiago de Menezes Ramos e Lucas Gonçalves da Silva iniciam o dossiê analisando como as novas regras favorecem ou obstaculizam, de um ponto de vista consequencialista, as melhores práticas para a Administração Pública. Luciani Coimbra de Carvalho e Artur Zanelatto Santos investigam, em uma perspectiva diacrônica, como os contratos administrativos se relacionam a políticas públicas transversais (sobretudo no campo da sustentabilidade) no artigo *Da lei n. 8.666/1993 à lei n. 14.133/2021: O desenvolvimento nacional sustentável sob a ótica da modernização do Estado, da complexificação do contrato administrativo e das políticas pública*. A identificação de pressupostos para o reequilíbrio econômico-financeiro em contratos administrativos a partir da ideia de risco e de incerteza (e de suas diferenças), especialmente em contextos de Covid-19, é o objeto do artigo *Riscos e incertezas nos contratos administrativos: Pressupostos teórico-dogmáticos para o reequilíbrio econômico-financeiro*, de Juliano Heinen. Em *A nova lei de licitações – Lei n. 14.133/21 e o seguro-garantia com cláusula de retomada: Vantajosidade para a adimplência dos contratos administrativos*, Flávia Piva Almeida Leite e Cintia Barudi Lopes analisam a inovação criada pela adoção do seguro-garantia, demonstrando que ela pode implicar um aumento de custos em obras públicas que pode ser repassado às construtoras licitadas, aumentando o custo final das obras, ainda que isso possa impactar positivamente o cumprimento de contratos administrativos. André Studart Leitão e Hélio Rios Ferreira analisam a virtualização do processo licitatório e a possibilidade de celebração de contratos eletrônicos pela administração pública com recurso a *Blockchains* (bancos de dados *online* que contêm informações passíveis de utilização e compartilhamento numa rede aberta ao público) e a *Smart Contracts* (contratos sem qualquer participação humana em que se prometem negócios extremamente seguros e confiáveis) em *As novas tecnologias a serviço da nova administração: A Blockchain, os Smart Contracts e a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 14.133/2021)*. Finalmente, em *Licitações internacionais e equalização tributária: O caso das empresas públicas imunes*, Floriano Azevedo Marques Neto, Marina Fontão Zago e Hendrick Pinheiro defendem a utilização analógica de regras do ordenamento jurídico brasileiro para equalização de propostas nacionais e estrangeiras, concluindo pela licitude e oportunidade de se aplicar regras de imunidade de entes públicos originalmente imunes para viabilizar a competição em bases equânimes entre atores nacionais e estrangeiros.

Além desse dossiê, a RDB selecionou vinte artigos para comporem o presente número, que cobrem os mais variados campos do Direito, do Processo Constitucional à Filosofia do Direito, passando pelo Direito Constitucional, pelo Direito Processual, pelo Direito Financeiro e Tributário,

pelo Direito Cibernético, pelo Direito Penal e pela Criminologia, pelo Direito Regulatório, pelo Direito Ambiental, pelo Direito Econômico e pelo Direito Privado.

Em *La crisis de la democracia*, José Antônio Esquivel-Sánchez, Francisco Jiménez Bautista e José Antônio Esquivel aplicam a Teoria dos Jogos para compreender a evolução do conceito de democracia e, em especial, de sua crise. No artigo *Evolución de la declaración de derechos constitucionales em Sudamérica*, de Jose Busquets e Oscar Sarlo, a tipologia constitucional desenvolvida pelo professor argentino Roberto Gargarella é analisada para se investigar o desenvolvimento do núcleo dos direitos fundamentais de várias constituições sul-americanas. Em *O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a proteção de minorias e de grupos vulneráveis*, Sabrina Santos Lima e Mônia Clarissa Henning Leal analisam o papel desempenhado pela Comissão e pela Corte Interamericanas de Direitos Humanos a partir da importante diferenciação entre os conceitos de minorias e de grupos vulneráveis, tentando responder à pergunta sobre como se dá a proteção dos grupos em situação de vulnerabilidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos segundo a lógica de sentenças estruturantes. Clóvis Alberto Volpe Filho e José Antônio de Faria Martos investigam o papel dos ideais de justiça no constitucionalismo atual a partir do conceito de direitos fundamentais em *Justiça como elemento do sistema constitucional brasileiro*.

Teresa Melo demonstra, no artigo *Modulação temporal de efeitos: Técnica pragmatista de decisão e parâmetros para sua aplicação*, que a técnica de modulação de efeitos temporais no controle de constitucionalidade insere-se em uma concepção pragmatista que pressupõe uma abordagem consequencialista, antifundacionalista e contextualista da decisão em sede de Direito Constitucional. A análise dos institutos do *amicus curiae* e das audiências públicas como instrumentos de participação popular em decisões que se relacionam à tutela de direitos da personalidade é o objeto de Dirceu Pereira Siqueira, Marcus Geandré Nakano Ramiro, Raphael Farias Martins e Bruna Caroline Lima de Souza no artigo *Audiências públicas no Poder Judiciário e Amicus Curiae: Distanciamentos e aproximações entre os institutos e importância da tutela dos direitos da personalidade*. No artigo *Agenda pendiente de los amici curiai: Análisis a la luz de los derechos fundamentales*, Jorge Isaac Torres Manrique demonstra que há pouca efetividade do uso do *amicus curiae* na grande maioria dos ordenamentos constitucionais e que é preciso aprofundar o recurso a esse ator para se desenvolver os parâmetros constitucionais de um país. Vinicius de Souza Faggion defende a inadequação de decisões *contra legem* para se operar em um sistema de precedentes pelo risco que representam para a autoridade institucional do Direito em *Um contraste entre decisões contra legem e as técnicas de superação de precedentes*.

Em seu artigo *Responsabilidade fiscal e reformas estruturais como garantia de eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas e do desenvolvimento do país*, Carlos Eduardo Nascimento, Andréa Queiroz Fabri e Diogo Rais investigam as finanças públicas sob o viés do gasto público, considerando as unidades federadas, a totalidade das despesas e a necessidade de responsabilidade fiscal. Gonçalo S. de Melo Bandeira e Patrícia Anjos Azevedo, em seu artigo *Infrações tributárias – Fraude fiscal – Branqueamento/Lavagem de vantagens (Capitais) e financiamento do terrorismo: Portugal e União Europeia*, demonstram haver conexão entre fraude fiscal, o crime de lavagem de capitais e o crime de terrorismo, bem como a necessidade de melhores educação e distribuição de renda para se evitar sua prática. Em *Limites jurisprudenciais para a instituição da contribuição de melhoria*, Rubens Ferreira Junior, Fernando Gomes Favacho e Frederico Thales de Araújo Martos analisam a Contribuição de Melhoria como tributo essencial para a recomposição do equilíbrio fiscal, ainda que historicamente subutilizado, inclusive por dificuldades inerentes à sua configuração técnica.

Em *Uso da tecnologia para fins ilícitos: A violação da intimidade por meio de crimes informáticos*, Cildo Giolo Júnior e Lislene Ledier Aylon investigam como a internet ameaça a privacidade e a intimidade dos indivíduos, demonstrando a insuficiência dos diplomas legais brasileiros para a contenção dessa violação.

Lafayette Pozzoli, Ilton Garcia da Costa, Rogério Cangussu Dantas Cachichi e Gilmar Assis Siqueira analisam, de um ponto de vista comunitarista, o método APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) a partir de seu fundamento de participação da comunidade em *A participação da comunidade no método APAC: Uma ferramenta de efetividade da lei de execução penal*.

Em *Regulação do setor elétrico: entre monopólios e liberdade de contratação*, a interseção entre Direito e Economia na regulação do setor de Energia Elétrica, sobretudo quanto às limitações impostas à liberdade de contratação, são objeto de análise por Roberto Ramos Bacellar e Oksandro Osdival Gonçalves a partir de um enfoque ligado à Análise Econômica do Direito.

José Roberto Marques e José Sérgio Saraiva analisam a possibilidade de se conciliar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado com o direito ao desenvolvimento na sociedade contemporânea a partir de concepções antropocêntricas presentes na Constituição Federal no artigo *Desenvolvimento sustentável e antropocentrismo*.

Em *A atuação do terceiro setor para a efetivação do direito ao desenvolvimento regional*, Sinara Lacerda Andrade e Mariana Ribeiro Santiago investigam o exercício do direito ao desenvolvimento regional pela perspectiva do patrimônio cultural, constatando que sua execução ocorreu sem a necessidade de produção legislativa ou intervenção estatal.

Em *Novos danos ou novas adjetivações do dano moral? A desnecessidade da autonomização dos danos extrapatrimoniais*, Gilberto Fachetti Silvestre e Tiago Loss Ferreira investigam, na literatura e na jurisprudência, nacionais e estrangeiras, a emergência de novas modalidades de lesões aos aspectos fundamentais da pessoa classificadas como de natureza extrapatrimonial para concluir que sua classificação como danos autônomos não encontra respaldo no Direito Brasileiro. No artigo *O fenômeno do Sharenting e o compartilhamento na internet pelos pais de fotos de crianças com censura de genitais: Proteção ou sexualização*, Júlia Fernandes de Mendonça e Leandro Reinaldo da Cunha investigam a divulgação de fotos de crianças na internet pelos próprios pais (*sharenting*) em contextos em que a foto, em si mesma, não tem comoção erótica, levando a uma sexualização acidental de crianças.

Em *Tolerância e proselitismo no mundo atual*, Marco Antônio Marques da Silva e Mariana Stuart Nogueira Braga estudam os rumos da tolerância em uma realidade em que as informações se propagam com amplo alcance e instantaneamente, situação em que o conceito age como um termômetro da democracia e da dignidade humana e na qual a liberdade de expressar uma fé e a liberdade de não ser incomodado pela crença alheia estão em constante tensão.

Finalmente, José Ruiz Espínola analisa em seu artigo, *El desarrollo de la inteligencia artificial em el marco del derecho de la competencia em la EU*, a utilização de algoritmos em operações comerciais ligadas ao direito antitruste na União Europeia.

Lembramos que a partir do próximo número da RDB será retomada a publicação de resenhas e resenhas bibliográficas. As resenhas (que visam a fornecer uma avaliação individualizada de livros recentemente publicados de interesse acadêmico para a área de Direito) estão abertas às contribuições de nossos leitores (possuidores, pelo menos, do título de mestres e mestradas), nos termos divulgados na página de nosso periódico; as resenhas (que visam a fornecer uma análise do conjunto da obra de um autor ou do estado da arte de um tema) são produzidas exclusivamente por convite do editor. Finalmente, gostaríamos de dar as boas-vindas a Aline Almeida, que agora assume a função de editora executiva da Revista de Direito Brasileira, desejando-lhe sucesso em seu novo cargo.

Boa leitura!

Marcelo Galuppo  
Editor